

SOBRE AS OFICINAS DE ELABORAÇÃO DE ITENS – SAEB – REALIZADAS NO PERÍODO DE 2002 A 2005: UM INDICADOR DA EFETIVIDADE DA AVALIAÇÃO NO BRASIL

Margarida M^a Mariano Rodrigues¹
Consultora do PNUD – INEP/DAEB

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb – constitui-se em um projeto de avaliação da educação básica brasileira da maior relevância, além de ser o principal indicador da efetividade dos sistemas de ensino, com enfoque na qualidade, eficiência e equidade. Já houve, de 1990 até o momento, sete edições do Saeb.

Cada edição foi realizada nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal e abrangeu amostra representativa de alunos de escolas públicas e privadas em três séries tradicionalmente associadas ao final de um ciclo de escolaridade (4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental – EF e 3^a série do Ensino Médio – EM). Cada edição avalia o desempenho dos alunos por meio de testes e coleta, por meio de questionários, dos fatores associados ao seu desempenho.

Os testes de desempenho e os questionários aplicados aos alunos, aos professores, aos diretores e às escolas permitem acompanhar a evolução da qualidade da educação básica brasileira e os diversos fatores e aspectos que estão associados à efetividade do ensino ministrado nas escolas.

A partir dessas informações, são identificadas fragilidades, definidas ações voltadas para a correção de distorções e são apresentados subsídios concretos para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas.

Os resultados dos testes de desempenho aplicados aos alunos constituem-se no principal indicador da qualidade dos sistemas de ensino.

Portanto, esses testes devem destacar-se por extremo rigor na escolha dos itens que os compõem. É fundamental que eles sejam orientados pelo estabelecimento prévio dos conteúdos desejáveis e necessários às demandas e exigências implícitas no sistema educacional brasileiro, além de considerar todas as diferenças regionais. Os itens que compõem cada teste são elaborados tendo por base uma Matriz de Referência Curricular.

As matrizes de referência foram desenvolvidas a partir de uma ampla consulta nacional e consensual sobre os conteúdos praticados nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, bem como da reflexão de professores, pesquisadores e especialistas sobre a produção científica em cada área que se torna objeto de conhecimento escolar. Estabelecidos os conteúdos, estes foram hierarquizados e distribuídos em três ciclos, com terminalidades na 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental (EF) e na 3^a série do Ensino Médio (EM).

A esses conteúdos foram associadas as competências cognitivas exigidas para cada uma das disciplinas bem como as habilidades instrumentais delas advindas. Competências cognitivas são modalidades estruturais da inteligência, isto é, operações que o sujeito realiza para estabelecer relações com e entre os objetos, situações, fenômenos e pessoas (observar, representar, imaginar, reconstruir, comparar, classificar, ordenar, memorizar, interpretar, inferir, criticar, supor, levantar hipóteses, escolher, decidir etc.). Já as habilidades instrumentais referem-se especificamente ao plano do “saber

fazer” e decorrem diretamente do nível estrutural das competências adquiridas que se transformaram em habilidades (Doc.: Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB, por Maria Inês Fini, em 1997 e 1999, p. 9). Tomando por base essa referência, os itens são então elaborados.

Até 2003, esses testes eram constituídos por itens que estavam armazenados no Banco Nacional de Itens – BNI e que eram adquiridos, por meio de processos licitatórios, de empresas especializadas em elaboração. Algumas análises pedagógicas indicaram que grande parte desses itens não se adequava à fase de desenvolvimento cognitivo em que a maioria dos alunos se encontra no momento da avaliação ou eles refletiam realidades muito distantes da prática educativa cotidiana.

Levantou-se a hipótese de que os elaboradores dos itens não eram professores de sala de aula e, portanto, muitas vezes, não conseguiam contemplar a linguagem, ou a prática educativa real. Com base nesse pressuposto foi idealizado, pela atual diretoria do Saeb (2003), gestão Carlos Henrique Araújo, a promoção de oficinas de elaboração de itens cujo objetivo principal é alimentar o Banco Nacional de Itens com grande quantidade de itens construídos por professores que estão em salas de aula de todo o Brasil. Subjacente a esse importante objetivo, e dada a falta de divulgação e projeção dos resultados do Saeb no Brasil, outros fins, não planejados foram alcançados com as oficinas: (1) tornar transparente o processo de avaliação proposto pelo Saeb; (2) oferecer aos professores do ensino básico, participantes das oficinas, competência no entendimento dos resultados do Saeb e torná-los multiplicadores; (3) apresentar a importância do Saeb enquanto revelador de algumas fragilidades e indicador de políticas de saneamento e de melhoria da educação básica brasileira; e, (4) conduzir os professores a uma reflexão de sua prática pedagógica.

As oficinas são realizadas em parceria com as Secretarias de

Educação de Estados e Municípios brasileiros. Um Guia de Elaboração de Itens foi elaborado para apoiar os professores. Os participantes, cerca de 120 por oficina, são escolhidos pelas Secretarias e, por sugestão da DAEB, solicita-se a indicação de professores que estejam atuando em sala de aula, que sejam responsáveis por cursos de formação continuada, alunos universitários de cursos de licenciatura e representantes das secretarias que trabalham diretamente com professores de sala de aula.

As disciplinas trabalhadas são: Língua Portuguesa e Matemática. Os professores são divididos em grupos. Cada grupo trabalha com a elaboração de itens de uma disciplina para um determinado ciclo (4ª e 8ª do EF e 3ª do EM).

Cada grupo deve trabalhar a revisão de um item e cada participante do grupo deve elaborar pelo menos um novo item durante a oficina. Portanto, durante a realização da oficina são produzidos, no mínimo, 120 itens. Após a realização da oficina, é feito o compromisso com cada participante para que envie ao BNI, após 30 dias, cinco novos itens. Isso dá a estimativa de mais de 700 itens produzidos por oficina. Esses itens são remunerados, custando, R\$ 50,00 o item que não apresentar nenhum problema e R\$ 25,00, quando pode ser aproveitado, mas é necessária reformulação. Esses valores redundam em uma economia de cerca de R\$ 70,00 por item, pois quando os itens eram comprados de empresas especializadas, o valor pago era de cerca de R\$ 120,00 o item.

A equipe que ministra a Oficina é formada por uma coordenação técnica, responsável pelo cumprimento e orientação da metodologia, por um coordenador de cada área (Língua Portuguesa e Matemática) e por professores que conduzirão os trabalhos em cada turma (4ª e 8ª do EF e 3ª do EM), de cada área. Esses participantes são da equipe base da DAEB e consultores externos que se revezam a cada Oficina. Além dessa equipe que conduz a oficina, participam da apresentação do Saeb e proferem palestra, o diretor ou o assessor da

Diretoria de Avaliação da Educação Básica, e a coordenação do Banco Nacional de Itens.

Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos para a Oficina, foi idealizada uma metodologia, que vem sendo adequada e melhorada, de acordo com as necessidades reveladas em cada local de realização. Essa metodologia prevê quatro etapas distintas: na primeira, há a previsão de um momento secretários e/ou gestores das Secretarias de Educação, quando há a cerimônia de abertura do evento e a apresentação do Saeb; na segunda etapa, a equipe de participantes se divide em dois grupos, previamente determinados, um para trabalhar com Língua Portuguesa e outro com a Matemática; na terceira etapa, cada grupo de cada disciplina se subdivide nos grupos por série e na quarta e última etapa, os grupos de cada série se reúnem, novamente, e procedem com a apresentação e discussão dos itens revisados e elaborados. A seguir, são apresentadas as atividades e as características de cada etapa.

1ª etapa – Introdução à oficina

O fato de a Oficina ser realizada em parceria com Secretarias de Estado ou Municipais de Educação, envolve, de maneira quase obrigatória, um cerimonial com protocolos. Em todas as oficinas realizadas houve a composição de uma mesa com autoridades ligadas às diversas esferas, principalmente, as associadas à educação. Nessa ocasião sempre se fazem presentes Governadores e Prefeitos ou seus representantes, Deputados, Senadores, Secretários de Educação, representantes da UNDIME, Reitores de Universidades Públicas e Particulares, representantes de Sindicatos de Professores e Profissionais da Educação, responsáveis por sistemas de avaliação de redes, entre outros. Por parte da DAEB, estão presentes em todas as Oficinas, a Direção ou um

assessor e a Coordenação do BNI. Nessa ocasião é dada a palavra a todos que queiram se manifestar. Em seguida, a mesa é desfeita e iniciam-se as atividades relacionadas à Oficina.

Na primeira palestra proferida o Saeb é apresentado, ressaltando os resultados relacionados ao Estado ou município o qual está promovendo a Oficina. Além disso é ressaltada a importância da avaliação no contexto da busca de melhoria da qualidade da educação. Nessa ocasião vários questionamentos são feitos, porque os professores participantes, geralmente, nunca tinham ouvido falar do Saeb e de sua moderna e sofisticada metodologia de avaliação. Desde esse momento, percebe-se o grande ganho com a oficina. Os professores, de forma geral, mesmo tendo dificuldades para compreender o processo apresentado, demonstram um grande respeito pelo sistema e desfazem grandes mal-entendidos a respeito da avaliação em larga escala.

Em seguida, fala-se sobre a importância da participação do professor na construção dos itens para compor o Banco Nacional de Itens. Nesse momento é situado o BNI no INEP e é mostrado como é constituído e alimentado o banco, desde a elaboração dos itens, revisão, pré-testagem até a montagem das provas. Também, neste momento, é falado sobre os valores pagos pelos itens elaborados, aceitos e aqueles que precisam ser revisados.

Em seguida, são apresentados os aspectos técnicos para a elaboração dos itens, desde o formato, as etapas de elaboração até as recomendações técnicas para sua construção. Após essa exposição é encerrada essa etapa da oficina, em que todos participam juntos.

2ª etapa – Divisão dos participantes nas duas áreas – Língua Portuguesa e Matemática

Este é um momento muito importante da oficina. Os coordenadores das duas áreas fazem uma exposição das tendências atuais

para o ensino das disciplinas relacionadas e fundamentam o tipo de prova adotado pelo Saeb. Essas palestras são essenciais para que os professores compreendam que as provas devem refletir a prática deles em sala de aula.

De maneira geral, percebe-se que os professores ainda não assumiram as novas diretrizes curriculares, que têm por base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que por sua vez, orienta a aprendizagem por meio do desenvolvimento de habilidades e da construção de competências.

Este é outro ganho fundamental da oficina. É a oportunidade de se refletir sobre a prática pedagógica dos professores e dar conhecimento da importância de se trabalhar o processo ensino-aprendizagem respondendo à questão: *Que habilidades espero que meu aluno desenvolva por meio de determinado conteúdo ministrado?*

Nessa palestra também é explicitada a razão da escolha do enfoque dado a cada prova: Língua Portuguesa – Leitura; e, Matemática – Resolução de problemas. Os grupos são formados e, em seguida, é solicitado que se faça nova divisão dos grupos por séries. Assim cada grupo é encaminhado a uma sala designada a sua série, onde um professor-consultor da DAEB coordenará a atividade de elaboração dos itens.

3ª etapa – Revisão e elaboração de itens

A subdivisão dos grupos de trabalho é realizada conforme alguns critérios. É solicitado aos coordenadores de série que calculem um número igual ou aproximado de participantes por grupo. Cada grupo deve ser composto por professores de diferentes escolas e/ou localidades e o grupo deve ter um número suficiente de pessoas que possam discutir o item a ser revisado e elaborar itens de descritores diferentes (mínimo de três pessoas).

Estando os grupos constituídos, são feitas as apresentações individuais

e iniciadas as atividades. A primeira é a revisão de itens que fazem parte do BNI, tendo sido pré-testados, mas rejeitados por terem apresentado problemas em sua construção. O grupo escolherá dois itens e, seguindo o que já foi apresentado em termos de aspectos técnicos de elaboração, apontará, quais são os seus problemas. Em seguida, procederá à sua reformulação até que apresente a qualidade técnica desejada e escolherá um desses itens para transferi-lo para um PowerPoint e apresentá-lo na atividade final. O objetivo dessa atividade é exercitar a aplicação das recomendações técnicas. Esse processo é muito importante, pois é a oportunidade que os professores têm de compreenderem, na prática, as recomendações técnicas. Os itens reformulados são trazidos de volta ao BNI e estarão prontos para uma nova revisão e aplicação num outro pré-teste.

Após essa fase, é iniciada a segunda atividade sob orientação dos professores coordenadores das séries. Nessa etapa, são repassadas novamente algumas informações fundamentais e distribuído aos professores um roteiro com os passos a serem seguidos para a construção dos itens.

Inicialmente, os professores ficam assustados com a quantidade de informações e com a tarefa em si. Mas eles são estimulados e motivados a persistirem. A maior dificuldade de todos é a compreensão da correspondência do item aos descritores das matrizes. Nessa etapa, é promovido um debate sobre a Matriz de Referência, sendo que, na equipe de Matemática, os coordenadores de cada série mostram a variação que há de uma série para outra, e o quanto é importante que o aluno desenvolva as habilidades básicas, desenvolvidas bem no início das séries iniciais. A Matriz de Língua Portuguesa tem muita semelhança entre as séries, e o que mais chama a atenção é o foco na leitura, mostrando ao professor que a gramática é ensinada tendo como referência o texto. Esclarecidas as dúvidas, os professores ficam bastante

animados com a dinâmica de elaboração de itens novos. Em cada sala, são dispostos materiais (jornais, revistas, livros, etc.) que estimularão a criatividade dos professores.

No último dia, cada grupo deve fazer a escolha do melhor item, transferi-lo para um *slide* do PowerPoint e preparar-se para a última atividade, que é a apresentação do item selecionado por cada grupo em plenária.

4ª etapa – Plenária final

Esta é a etapa mais empolgante de toda a oficina, tanto para os participantes quanto para os ministrantes. Nesse momento final, reúnem-se os participantes de todas as séries, por disciplina. Cada grupo deve, utilizando o projetor, fazer a apresentação de um item reformulado e de um item novo, selecionado democraticamente por todos os elementos do grupo. Os outros grupos deverão observar a apresentação e proceder a uma análise crítica desses itens. Essa atividade, além de prender a atenção de todos, ajuda a assimilação de tudo o que foi exposto durante a oficina.

A plenária dura cerca de 6 horas e, na maioria das vezes, é feita ininterruptamente por escolha dos próprios participantes. Para que isso ocorra, é providenciado um lanche nos próprios auditórios.

Após a plenária, a oficina é encerrada com a apresentação de alguns números, promovidos pelas secretarias de educação, como, por exemplo, danças folclóricas, ou músicas ou poesias, por talentos revelados pelos próprios grupos participantes. Nessa ocasião, muitas vezes, faz-se presente alguma autoridade ligada à Secretaria que promove, junto a DAEB, a oficina e procede ao encerramento oficial.

Ao final, os professores recebem um certificado de participação de 40 horas, assinado pelo Presidente do INEP. Para receberem o certificado, cada um deve fazer uma avaliação da oficina, em modelo fornecido pela

DAEB. Nessa avaliação, o participante deve escrever o que foi muito bom, o que poderia melhorar, além de emitir um julgamento a 16 afirmativas, usando uma escala que vai de 1 a 5, em ordem crescente de satisfação.

Bastidores das oficinas

Para que a oficina cumpra todos os seus objetivos, é necessário obedecer a algumas normas predeterminadas por ocasião do planejamento da oficina. É indispensável a realização de reuniões prévias, durante e posteriores à oficina para ajustar e cumprir todas as fases previstas pela metodologia.

Os consultores, convidados a ministrarem, têm que ter vivenciado a prática de uma oficina. Nas reuniões prévias à oficina, são repassadas algumas considerações sobre a metodologia e sobre a postura adotada frente à condição de representante do MEC/INEP/DAEB. É dada a oportunidade de se tirar todas as dúvidas referentes à sua atuação.

Iniciada a oficina, diariamente são previstas reuniões, ao final do dia, com a intenção de ajustar o discurso, relatar expectativas e solucionar eventuais problemas que tenham sido revelados durante a oficina. Essa interação ajuda a melhorar o clima da organização da oficina.

No último dia, é realizada uma avaliação da oficina. Esta reunião é fundamental para que se possa melhorar a qualidade das próximas. É interessante observar que a cada uma, algum dilema é percebido, discutido e, na maioria das vezes, uma nova ação é adotada, sem alterar a estrutura, mas buscando melhorar o alcance dos objetivos da oficina.

Avaliação das oficinas

As avaliações preenchidas pelos professores participantes são essenciais para a análise da efetividade da oficina. Os itens avaliados e as médias alcançadas em uma amostra de sete das 20 oficinas

realizadas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Avaliação dos professores participantes de 20 oficinas promovidas pelo MEC/INEP/DAEB I em escala de 1 a 5

| ASPECTOS AVALIADOS | MÉDIA |
|---|-------|
| a) Alcance dos objetivos | 4,10 |
| b) Adequação da programação | 4,18 |
| c) Exposição sobre o SAEB | 4,35 |
| d) Exposição sobre o BNI | 4,26 |
| e) Exposição sobre elaboração de itens | 4,44 |
| f) Utilidade do Guia para a oficina | 4,55 |
| g) Dinâmica do trabalho de grupo | 4,16 |
| h) Condução dos trabalhos nas salas | 4,19 |
| i) Apresentação e discussão dos itens reformulados e elaborados | 4,16 |
| j) Preparação para a elaboração de itens | 3,91 |
| k) Compreensão da Matriz de Referência por meio da oficina | 4,13 |
| l) Domínio do uso dos descritores para a elaboração de itens | 3,94 |
| m) Aperfeiçoamento da habilidade em elaborar itens | 4,19 |
| n) Satisfação com a oficina | 4,41 |
| o) Organização da oficina | 4,42 |
| p) Instalações físicas onde ocorreu a oficina | 4,21 |

Percebe-se pela avaliação feita pelos participantes que é alto o nível de satisfação com as oficinas. De modo geral, percebe-se que a maior dificuldade apresentada por eles é em relação à preparação para a elaboração dos itens. Nesse ponto, eles sentem que são muitas informações assimiladas em pouco tempo, dando a sensação de impotência diante da tarefa dada. Outro ponto de dificuldade, é o domínio do uso de descritores para a elaboração de itens. Isso é justificado pelo fato de ser um termo novo e de ser-lhes apresentada uma nova forma de construir um item de prova, muito diferente do que cotidianamente fazem. A média mais alta atingida é a utilidade do Guia para a elaboração dos itens, instrumento que dá suporte aos professores nas dificuldades encontradas.

Em relação às questões colocadas no formulário de avaliação, *Que bom!* e *Que pena!*, há uma profusão de elogios a respeito da organização da oficina, agradecimentos pela presença do MEC em eventos desse tipo, reconhecimentos a respeito da necessidade de mudar a prática didática e pedagógica e da importância da avaliação no contexto da busca da melhoria da qualidade da educação; os aspectos negativos mais citados relacionam-se à questão do tempo,

sendo quase unânime a visão de que poderia estender-se mais o tempo destinado à oficina. Todas as avaliações são registradas nos relatórios de cada oficina.

Considerações finais

Diante da tradicional ausência de interação com a base por parte do sistema educacional básico brasileiro e da falta de projeção e discussão do sistema de avaliação da educação, essa foi uma idéia que alcançou muito sucesso.

O objetivo primeiro da oficina foi alimentar o Banco Nacional de Itens com itens construídos por professores de salas de aula de todo o Brasil, procurando aumentar o quantitativo de itens e aproximar os testes elaborados para as avaliações, da prática e da realidade cotidiana dos alunos brasileiros.

Rapidamente, percebeu-se que o alcance era muito maior do que só esse primeiro objetivo. Dada a carência e o desconhecimento pelos professores de base do Sistema Nacional de Avaliação, logo a oficina tomou uma outra dimensão tão importante quanto a que era prevista inicialmente, e vários outros propósitos foram atingidos inesperadamente.

Observou-se que o poder de disseminação das informações repassadas nas oficinas era enorme. Cada professor participante transforma-se em multiplicador dessas informações e, dessa forma, o Saeb tem-se tornado evidente. Tem havido um esforço dos ministrantes das oficinas em fazer com que os professores se tornem competentes no entendimento da metodologia e dos resultados do Saeb. À medida que eles entendem o processo de avaliação proposto pelo Saeb, eles valorizam a avaliação e a entendem como reveladora de fragilidades e indicador de políticas de saneamento e de melhoria da qualidade da educação básica brasileira.

Outro grande ganho com as oficinas é a reflexão da prática pedagógica que os professores são levados a fazer automaticamente. A grande maioria deles, ao final, reconhecem suas deficiências e adotam uma outra postura, na perspectiva de buscarem melhor formação e informação no que diz respeito ao conhecimento das novas diretrizes e parâmetros curriculares.

Enfim, essa aproximação com os professores de todo o Brasil coloca a equipe do INEP/Saeb a par de uma realidade que não se manifesta claramente e cotidianamente e esse conhecimento contribui para uma maior compreensão e melhor interpretação dos resultados das avaliações pelos pesquisadores.

¹ Texto não publicado, escrito em jun/2005, por Margarida M. M. Rodrigues, como consultora do PNUD para o INEP.